

En Eveline Moura, Cleberson Disessa, Cairo Gomes Fernandes y Carlos Magno Pereira, *Convergências e Rupturas na Educação, Psicologia e Gestão Educacional*. Pouso Alegre (Brasil): Autores.

Projetos de escolarização e construção da cidadania no Haiti pós-independência (1804-1843).

Maxo St Victor.

Cita:

Maxo St Victor (2025). *Projetos de escolarização e construção da cidadania no Haiti pós-independência (1804-1843)*. En Eveline Moura, Cleberson Disessa, Cairo Gomes Fernandes y Carlos Magno Pereira *Convergências e Rupturas na Educação, Psicologia e Gestão Educacional*. Pouso Alegre (Brasil): Autores.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/maxo.st.victor/14>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pxZC/goG>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. *Acta Académica* fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

PROJETOS DE ESCOLARIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO HAITI PÓS-INDEPENDÊNCIA (1804–1843)

SCHOOLING PROJECTS AND THE FORMATION OF CITIZENSHIP IN POST-INDEPENDENCE HAITI (1804–1843)

ÁREA TEMÁTICA: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SUAS VERTENTES

Maxo St Victor – stvictormaxo@gmail.com¹

Resumo

O presente estudo investiga os projetos de escolarização desenvolvidos no Haiti entre 1804 e 1843, período decisivo na formação do Estado e na consolidação da cidadania após a independência. A pesquisa, de caráter qualitativo e histórico-documental, analisa legislações educacionais, relatórios administrativos e escritos de intelectuais haitianos com o objetivo de compreender como a educação foi concebida como instrumento de unificação nacional e de emancipação social. A fundamentação teórica apoia-se em Bellegarde-Smith (2004), que interpreta a identidade haitiana como produto da reconstrução nacional; em Freire (1987), cuja pedagogia da libertação orienta a leitura emancipatória da educação; e em Foucault (1979), que permite entender a escolarização como dispositivo de poder e disciplinamento. Os resultados indicam que, embora a educação tenha ocupado posição central no discurso republicano, sua implementação enfrentou severas limitações estruturais, políticas e econômicas. As constituições haitianas de 1805, 1816 e 1843 expressaram o ideal de universalização da instrução, mas o ensino permaneceu restrito às elites urbanas, revelando contradições entre os princípios de igualdade e a realidade social. Paralelamente, práticas educativas comunitárias mantiveram viva a dimensão emancipatória da aprendizagem popular. Conclui-se que os projetos educacionais do Haiti pós-independência expressaram simultaneamente aspirações de liberdade e mecanismos de controle, configurando a educação como campo de tensão entre emancipação e poder.

Palavras-chave: Educação haitiana; Cidadania; Políticas educacionais; Pós-independência; Emancipação.

Abstract

This study investigates the schooling projects developed in Haiti between 1804 and 1843, a decisive period in the formation of the State and the consolidation of citizenship after independence. The research, qualitative and historical documentary in nature, analyzes educational legislation, administrative reports, and writings by Haitian intellectuals in order to understand how education was conceived as an instrument of national unification and social emancipation. The theoretical framework is based on Bellegarde-Smith (2004), who interprets Haitian identity as a product of national reconstruction; Freire (1987), whose pedagogy of liberation guides the emancipatory reading of education; and Foucault (1979), whose reflections reveal schooling as a device of power and discipline. The findings indicate that, although education occupied a central position in republican discourse, its implementation faced severe structural, political, and economic limitations. The Haitian Constitutions of 1805, 1816, and 1843 expressed the ideal of educational universalization, yet schooling remained restricted to urban elites, exposing contradictions between the principles of equality and the social reality. At the same time, community-based educational practices kept alive the emancipatory dimension of popular learning. It is concluded that Haiti's post-independence educational projects simultaneously embodied aspirations for freedom and mechanisms of control, configuring education as a field of tension between emancipation and power.

Keywords: *Haitian education; Citizenship; Educational policies; Post-independence; Emancipation.*

¹ Doutorado em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Brasil.

1. INTRODUÇÃO

A independência do Haiti em 1804 inaugurou não apenas a primeira república negra do mundo, mas também um processo singular de reconstrução social, política e cultural. Nesse cenário, a educação tornou-se um eixo estratégico para consolidar a cidadania e assegurar a continuidade de um Estado erguido sobre os ideais de liberdade e igualdade.

Entre 1804 e 1843, o país enfrentou o desafio de definir e implementar projetos educacionais capazes de integrar uma população recém-liberta, marcada por profundas desigualdades sociais, heranças coloniais e isolamento internacional. A escolha da temática justifica-se pela centralidade que a escolarização ocupava nos debates políticos haitianos, sendo vista como instrumento de unificação nacional e de legitimação do novo Estado.

Além disso, trata-se de um recorte temporal fundamental: as quatro primeiras décadas de independência, período em que se consolidaram os marcos constitucionais, os embates entre centralização e descentralização do poder e as tentativas de estruturar sistemas de ensino em meio a crises políticas e econômicas.

Diante desse contexto, coloca-se a seguinte problemática: quais foram os projetos educacionais no Haiti entre 1804 e 1843 e de que forma eles visavam à consolidação de uma cultura de cidadania? Tal questão é relevante porque permite avaliar não apenas o papel da educação no fortalecimento do Estado haitiano, mas também suas contradições e fragilidades em um contexto pós-colonial e pós-escravista.

O objetivo central deste trabalho é avaliar as políticas educacionais do Haiti no período em questão, investigando sua relação com a construção da cidadania e do Estado nacional. Para isso, serão analisadas leis educacionais, relatórios administrativos e memórias de intelectuais haitianos, a fim de identificar tanto os projetos oficiais quanto as práticas e resistências que emergiram no cotidiano.

O referencial teórico adotado articula diferentes perspectivas: Bellegarde-Smith (2004), que contribui para a análise da identidade haitiana e de seus processos de reconstrução nacional; Freire (1987), ao compreender a educação como prática de emancipação; e Foucault (1979), cuja reflexão sobre as relações entre poder e saber possibilita examinar como a educação foi utilizada como dispositivo político.

Assim, a investigação pretende não apenas descrever os projetos de escolarização no Haiti independente, mas também problematizar suas ambições e seus limites, oferecendo uma leitura

crítica sobre o vínculo entre educação e cidadania em um dos contextos mais inovadores e desafiadores da história contemporânea.

Ao longo deste artigo, após esta introdução, apresenta-se inicialmente a metodologia, que explicita o delineamento histórico-documental adotado e as fontes primárias examinadas. Em seguida, a fundamentação teórica discute as principais categorias analíticas utilizadas, articulando as contribuições de Bellegarde-Smith (2004), Freire (1987) e Foucault (1979) para a compreensão das relações entre educação, poder e emancipação.

A seção seguinte dedica-se à análise e discussão dos resultados, na qual são examinados os dispositivos legais, os discursos políticos e as práticas educativas do Haiti entre 1804 e 1843, destacando suas contradições e alcances. Por fim, a conclusão sintetiza os principais achados da pesquisa, evidenciando as tensões entre o ideal republicano de cidadania e os limites estruturais da escolarização no contexto pós-independência.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter histórico, fundamentada na análise documental. O estudo tem como recorte o território haitiano no período de 1804 a 1843, correspondente ao contexto político-administrativo dos primeiros governos e à formação do Estado nacional.

A estratégia de pesquisa consiste em examinar legislações educacionais, relatórios administrativos e escritos de intelectuais haitianos produzidos nesse intervalo temporal, a fim de compreender como os projetos de escolarização foram formulados e implementados no processo de construção do Estado. O corpus documental será composto por:

- a) Fontes legais – Constituições haitianas de 1805, 1816 e 1843, além de decretos e leis educacionais promulgados no período;
- b) Fontes administrativas – relatórios de governo e comunicações oficiais sobre instrução pública;
- c) Produção intelectual – memórias e escritos de autores haitianos do século XIX que refletiram sobre educação e cidadania.

Após a definição do corpus documental, a análise será conduzida por meio da análise histórico-documental, com ênfase na crítica interna e externa das fontes, a fim de avaliar tanto o conteúdo normativo dos textos quanto suas condições de produção e circulação. Paralelamente, serão aplicadas ferramentas da análise crítica do discurso, inspiradas em Foucault (1979), para investigar as relações entre poder e saber presentes nos projetos educacionais.

A interpretação dos dados será orientada pelo referencial teórico definido: Bellegarde-Smith (2004), que contribui para compreender a construção da cidadania haitiana; Freire (1987), que permite interpretar a educação como prática de emancipação; e Foucault (1979), cuja reflexão sobre dispositivos de poder e saber é essencial para entender a função política da escolarização. Por se tratar de uma pesquisa exclusivamente documental, não há envolvimento direto com participantes humanos. O estudo respeita os princípios éticos da pesquisa acadêmica, conforme as normas institucionais aplicáveis.

Dessa forma, a metodologia busca não apenas identificar as iniciativas educacionais do período, mas também problematizar seus limites estruturais — financeiros, sociais e raciais — articulando as fontes primárias aos aportes teóricos e historiográficos mais relevantes.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise da educação no Haiti entre 1804 e 1843 exige uma abordagem teórica capaz de integrar as dimensões históricas, políticas e culturais do processo de formação do Estado e da cidadania. Essa investigação apoia-se em três referenciais complementares — Bellegarde-Smith (2004), Freire (1987) e Foucault (1979) — que permitem compreender a escolarização haitiana como campo de disputa entre emancipação e poder.

Bellegarde-Smith (2004) interpreta a independência haitiana como experiência singular de reconstrução nacional e de redefinição da cidadania em um contexto mundial ainda escravista e racializado. Para o autor, o Haiti buscou afirmar uma identidade política e cultural autônoma, fundada na liberdade e na dignidade humana. Nesse horizonte, a educação tornou-se um dos principais instrumentos de consolidação da soberania e de formação de cidadãos conscientes do valor da emancipação conquistada. A escolarização, assim, integrou o projeto de construção da unidade nacional, ao mesmo tempo em que refletiu as contradições sociais e materiais de um Estado recém-formado.

A perspectiva freireana complementa essa leitura ao compreender a educação como prática de liberdade e processo de conscientização. Freire (1987) propõe uma pedagogia que estimula o pensamento crítico e a autonomia dos sujeitos, permitindo-lhes transformar a realidade. Essa abordagem ilumina o potencial emancipador dos primeiros projetos de ensino no Haiti, ainda que limitados pelas desigualdades e pela instabilidade política.

A educação poderia constituir-se como espaço de diálogo e libertação, contrapondo-se às práticas que perpetuavam hierarquias coloniais. Essa compreensão também valoriza as formas comunitárias de aprendizagem, desenvolvidas fora da escola, que preservaram saberes,

solidariedades e valores de resistência — dimensões que expressam a continuidade do ideal libertário da revolução haitiana.

Foucault (1979), por sua vez, oferece instrumentos para interpretar a educação como dispositivo de poder. Para o autor, o saber é uma forma de exercício do poder, e as instituições educativas participam da produção de subjetividades e da regulação social. Aplicada ao contexto haitiano, essa perspectiva evidencia que os projetos de instrução pública buscaram tanto promover coesão republicana quanto disciplinar uma população recém-liberta.

A escola operava como mecanismo de normalização, formando o “cidadão ideal” conforme os parâmetros do Estado. O discurso da instrução, embora proclamasse igualdade, manteve vínculos com práticas seletivas e excludentes que reproduziam heranças coloniais e raciais. A articulação entre esses referenciais revela que a educação no Haiti independente foi simultaneamente instrumento de emancipação e tecnologia de poder.

Bellegarde-Smith (2004) destaca sua dimensão identitária e política; Freire (1987), seu potencial libertador; e Foucault (1979), seus efeitos de disciplinamento. Essa confluência teórica permite compreender a escolarização como espaço de tensão entre autonomia e dominação, cidadania e exclusão, ruptura e continuidade. Assim, os projetos educacionais entre 1804 e 1843 expressam o esforço do Estado em realizar, pela instrução, o ideal de igualdade proclamado pela independência, ainda que limitados pelas contradições estruturais e pelos desafios de uma sociedade em reconstrução.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Contextualização histórica do período (1804–1843)

A compreensão dos projetos de escolarização no Haiti entre 1804 e 1843 exige, inicialmente, situar o leitor no quadro político e social que marcou as quatro primeiras décadas da independência. Esse período foi caracterizado por sucessivas tentativas de consolidar a autoridade estatal e de definir o modelo de república adequado a uma sociedade recém-liberta e profundamente heterogênea.

Sob o governo de Jean-Jacques Dessalines (1804–1806), o Haiti proclamou-se império e buscou afirmar sua soberania frente às potências coloniais, em especial à França. A Constituição de 1805, de natureza fortemente centralizadora, refletia o esforço de manter a unidade nacional e garantir a independência política. Contudo, o regime terminou de forma abrupta com o assassinato de Dessalines, mergulhando o país em uma divisão política.

Entre 1806 e 1820, o território haitiano foi dividido em dois governos: ao norte, Henri Christophe estabeleceu um Estado monárquico e hierarquizado, inspirado em modelos europeus; ao sul, Alexandre Pétion instaurou uma república de orientação liberal. Pétion introduziu políticas de distribuição de terras e defendeu o princípio da educação pública, ainda que voltada às elites urbanas.

Essa dualidade política expressou, desde cedo, tensões entre centralização e descentralização, aristocracia e republicanismo, que marcariam a trajetória do Estado haitiano. Com a ascensão de Jean-Pierre Boyer (1820–1843), o país foi reunificado e submetido a um longo governo republicano.

Boyer buscou estabilizar as instituições e expandir a instrução pública como instrumento de coesão nacional, promulgando medidas administrativas e educativas mais sistemáticas. Entretanto, a assinatura da ordem de indenização à França (1825) — que impôs ao Haiti o pagamento de 150 milhões de francos — comprometeu severamente a economia e limitou os investimentos em áreas sociais, incluindo a educação.

Além disso, o regime de Boyer reforçou o predomínio das elites e aprofundou o distanciamento entre o Estado e a população rural. A queda de Boyer em 1843 encerrou uma fase de experimentações institucionais e inaugurou novo ciclo de instabilidade política. As tensões acumuladas nesse período evidenciam que os projetos de escolarização surgiram em meio a um cenário de reconstrução nacional, dependência econômica e desigualdades estruturais. É nesse contexto que se devem analisar as políticas educacionais e os discursos sobre cidadania no Haiti pós-independência.

4.2 O ideal republicano de educação e suas contradições estruturais (1804–1843)

A análise das fontes documentais revela que, entre 1804 e 1843, a educação no Haiti independente ocupou posição estratégica no discurso político, mas encontrou severas limitações no plano da execução. As constituições de 1805, 1816 e 1843, bem como decretos e relatórios administrativos, destacam a necessidade de organizar um sistema nacional de ensino, associando a instrução à consolidação da cidadania e à unificação da república.

Com efeito, a Constituição de 1805 estabeleceu uma base legal essencial para a organização do ensino público, afirmando desde então o papel central da instrução na jovem República. Nesse sentido, o artigo 19 dessa Constituição prevê que “a instrução da juventude deve ser assegurada pela criação de escolas públicas em cada divisão do território” (Haiti, 1805), evidenciando a

intenção do Estado haitiano de universalizar a educação como instrumento de cidadania e de consolidação nacional.

Anos mais tarde, a Constituição de 1816 reforça e amplia esse princípio, ao estruturar de forma mais detalhada o sistema educacional do país. Nessa perspectiva, o artigo 36 da Constituição de 1816 estabelece as bases de um sistema público de ensino fundamentado em vários princípios fundamentais:

Será também criada e organizada uma instituição pública, comum a todos os cidadãos, gratuita no que diz respeito às partes do ensino indispensáveis para todos os homens, e cujos estabelecimentos serão distribuídos gradualmente em conformidade com a divisão da República (Haiti, 1816).

A ampliação normativa promovida pela Constituição de 1816 expressa, portanto, um avanço no reconhecimento estatal da educação como direito e fundamento da vida republicana. Ao propor a criação de uma instituição pública “comum a todos os cidadãos”, o texto constitucional buscava não apenas difundir a instrução, mas também consolidar uma identidade nacional baseada na igualdade jurídica entre os antigos cativos e seus descendentes.

Todavia, esse projeto educativo republicano se confrontava com um contexto social profundamente marcado por heranças coloniais, pela precariedade das estruturas administrativas e pela necessidade de legitimar o novo Estado diante de um mundo ainda hostil à independência haitiana. É nesse quadro que se compreende a tensão permanente entre o ideal normativo e a efetividade das políticas educacionais do período.

Em sua análise histórica das políticas educacionais no Haiti nos primeiros anos da Independência do país, St Victor e Martiniak (2024, p. 89) sustentam que “a questão da educação sempre esteve no trabalho do legislador haitiano”. Entretanto, a distância entre o projeto e a realidade foi significativa, em razão das dificuldades financeiras, instabilidade política e contradições sociais.

Essa tensão entre intenção normativa e implementação concreta se reflete em diferentes aspectos do sistema educacional, sendo o papel simbólico da educação um dos mais evidentes. Um primeiro achado refere-se justamente a esse aspecto: desde Dessalines, o discurso oficial enfatizou a instrução como fundamento da liberdade conquistada, vinculando-a à manutenção da soberania nacional. Por exemplo, em uma circular dirigida aos juízes de paz de diferentes comunas do país em 1820, o presidente Boyer destacou os benefícios da educação:

A criança, depois de mamar no seio de uma mãe carinhosa, deve ainda alimentar-se do seio da ciência. É em escolas bem-organizadas, em casas de educação bem dirigidas, que se pode inspirar nela o sagrado amor pela pátria e todas as virtudes que dele decorrem. [...] E será pela orientação recebida nesses estabelecimentos que ela caminhará em direção ao templo da honra ou à caverna da infâmia (Pradine, 1860, p. 258).

Nesse sentido, a educação foi apresentada como herança da revolução, capaz de formar cidadãos conscientes e aptos a defender o novo Estado. Tal perspectiva confirma a análise de Bellegarde-Smith (2004), para quem a identidade haitiana foi forjada em torno da necessidade de preservar a independência frente à hostilidade internacional.

Um segundo resultado consiste na identificação de projetos educacionais elitizados. Apesar do discurso de universalização, os planos de instrução privilegiaram centros urbanos e camadas sociais próximas ao poder, enquanto a população rural — majoritária — permaneceu em grande medida excluída.

Um exemplo claro está na experiência governamental de Boyer, que “se servia da educação para reforçar a distância que existia entre as pessoas de sua classe social e o restante da população” (François, 2010, p. 40). Ele “não respondeu às múltiplas preocupações das massas camponesas durante vinte anos de governo” (St Victor, Martiniak, 2024, p. 90).

Esse quadro dialoga com a reflexão de Foucault (1979), pois a escola funcionou como dispositivo disciplinador, voltado à reprodução de hierarquias sociais sob a aparência de universalidade. O terceiro achado relaciona-se às limitações estruturais do sistema educacional. A carência de recursos, agravada pelo bloqueio econômico imposto pelas potências coloniais e pela fragilidade administrativa do Estado, impediu a expansão de escolas em larga escala.

[...] é essencial levar em conta as pesadas consequências da indenização exorbitante de cento e cinquenta milhões de francos imposta ao Haiti pela França em 1825, [...]. Essas dívidas rapidamente mergulharam o jovem Estado em uma espiral de dependência financeira, dificultando seu desenvolvimento em vários setores essenciais, incluindo a educação (St Victor, Martiniak, 2025, p. 39).

As iniciativas ficaram fragmentadas, frequentemente dependendo de esforços locais ou da atuação de intelectuais individuais. A leitura crítica das fontes evidencia que o ideal de cidadania via educação não se materializou de forma efetiva, mas se manteve como horizonte político.

Por fim, os dados apontam para a existência de formas alternativas de aprendizagem comunitária, sobretudo no meio rural, onde práticas culturais, religiosas e coletivas funcionaram como espaços de transmissão de saberes e valores cívicos.

Essa dimensão se aproxima da concepção de educação como prática de emancipação discutida por Freire (1987), na medida em que a formação cidadã extrapolou o espaço formal da escola e se construiu também no cotidiano das comunidades camponesas.

Em síntese, entre 1804 e 1843, os projetos de escolarização no Haiti oscilaram entre ambição política e limitações práticas. A educação foi projetada como instrumento de unificação nacional e cidadania, mas permaneceu restrita e marcada por desigualdades sociais.

CONCLUSÃO

A análise dos projetos de escolarização no Haiti entre 1804 e 1843 permite concluir que a educação ocupou papel central na construção do Estado e na consolidação da cidadania no contexto pós-independência. Desde a Constituição de 1805, a instrução foi concebida como elemento essencial para a formação do cidadão livre e para a preservação da soberania conquistada pela Revolução.

Contudo, a concretização desse ideal encontrou inúmeros obstáculos estruturais, políticos e econômicos que limitaram sua efetividade. Os discursos normativos e as constituições do período revelam uma clara intenção de universalizar a educação como direito republicano e como base da igualdade entre os cidadãos. Entretanto, a prática educativa permaneceu restrita a uma minoria urbana e letrada, refletindo as hierarquias sociais e raciais herdadas da ordem colonial.

O projeto educativo republicano, ao mesmo tempo em que proclamava liberdade e igualdade, reproduzia formas sutis de exclusão e disciplinamento, conforme evidenciado na perspectiva foucaultiana sobre o poder e o saber. Por outro lado, a dimensão simbólica da educação deve ser reconhecida como um dos legados mais duradouros do Haiti independente.

A instrução pública foi associada à defesa da pátria e à valorização da liberdade, tornando-se um instrumento de afirmação nacional e de resistência frente ao isolamento internacional. Nesse sentido, a educação atuou como campo de disputa entre emancipação e controle social: instrumento de libertação segundo o ideal freireano, mas também mecanismo de regulação política e moral.

Além das iniciativas estatais, destacam-se as formas comunitárias e informais de aprendizagem que emergiram nas zonas rurais, nas práticas religiosas e nas tradições culturais. Tais experiências mantiveram viva a dimensão emancipatória da educação e contribuíram para a formação de uma cidadania cotidiana, ainda que distante das instituições formais.

Essa perspectiva amplia a compreensão da escolarização como fenômeno social e cultural, e não apenas administrativo. Em síntese, entre 1804 e 1843, os projetos de escolarização no Haiti expressaram a tensão entre o ideal de igualdade proclamado pela independência e as limitações concretas de um Estado em processo de construção.

A educação foi simultaneamente um projeto político, um símbolo de liberdade e um instrumento de poder. Reconhecer essas contradições é fundamental para compreender as raízes históricas das desigualdades educacionais haitianas e para refletir sobre os desafios contemporâneos de

democratização do ensino e de consolidação da cidadania. Essas contradições históricas ainda ecoam nos desafios atuais da educação haitiana.

REFERÊNCIAS

- Bellegarde-Smith, P. (2004). *Haiti: The breached citadel*. Boulder, CO: Westview Press.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- François, P. E. (2010). *Politiques éducatives et inégalités des chances scolaires en Haïti*. Port-au-Prince, Haïti: Éditions de l'Université d'État d'Haïti.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido* (17ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Haiti. (1805). *Constitution impériale du 20 mai 1805*.
- Haiti. (1816). *Constitution du 2 juin 1816*.
- Pradine, L. (1860). *Recueil général des lois et actes du gouvernement d'Haïti (1818–1823)* (Tome III). Paris, France: Auguste Durand.
- St Victor, M., & Martiniak, V. L. (2024). A necessidade de uma educação para todos na sociedade haitiana (1804–1843). *Revista Teias de Conhecimento*, 1(4). <https://revistas.uepg.br/index.php/teias/article/view/23706>
- St. Victor, M., & Martiniak, V. L. (2025). A influência dos modelos educacionais ocidentais nas políticas educacionais no Haiti de 1804 a 1843: Desafios e questões para a inclusão social. In C. E. F. B. Bressanin & M. Z. C. M. de Almeida (Orgs.), *Anais do IV Colóquio Internacional DGP: Educação, história, memória e cultura em diferentes espaços sociais* (Vol. 1, pp. 36–42). Porto Nacional, Brasil: Edição dos Autores. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.23052.63366>